

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Agro-bioenergia/Biodiesel

Período de Análise: 01/02/2016 a 29/02/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira, Daniele Rocha e Marielle Mattos

Índice

Produtos vegetais e orgânicos vão ter uma nova ferramenta de fiscalização. Inez De Podestà. Site do MAPA. 02/02/2016.....	4
Produtos vegetais e orgânicos vão ter uma nova ferramenta de fiscalização. Noaldo Santos. Site do MDS. 02/02/2016.	6
Campanha Brasil Saudável e Sustentável amplia parcerias no Rio de Janeiro. Site do MDS. 03/02/2016.	8
PAA: mais 16 municípios vão executar o programa. Site do MDS. 04/02/2016.	10
Vacinação contra aftosa atinge 98,17% do rebanho na 2ª etapa de 2015. João Carlos Rodrigues. Site do MAPA. 05/02/2016.....	11
Bloco do MST ocupa as ruas do Prado e denuncia os impactos dos agrotóxicos. Coletivo de comunicação do MST na Bahia. Site do MST. 11/02/2016.....	12
MPF/AM quer condenação de empresas que comercializam milho transgênico sem rotulagem. Site do MST. 12/02/2016.	13
Em resposta a despejo violento, Sem Terra trancam rodovia no RN. Jailma Lopes. Site do MST. 15/02/2016.	15
Produção agroecológica é tema dos encontros intersetoriais no extremo sul da BA. Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST. 16/02/2016.....	16
Consumo de agrotóxicos no Rio de Janeiro aumenta quase 5.000% em três anos. Raíza Tourinho e Graça Portela. Site do MST. 17/02/2016.	17
Oficina discute perspectivas para modalidade PAA Leite. Site do MDS. 17/02/2016.	23
Mostra abre inscrição para experiências de Bancos de Alimentos. Site do MDS. 17/02/2016.....	24
Feira esclarece consumidor sobre como identificar produtos orgânicos. Site do MAPA. 17/02/2016.	25
Na Bahia, Sem Terra discutem educação no campo e agroecologia. Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST. 18/02/2016.	26
Lavouras mais sensíveis se ressentem. Janice Kiss. Valor Econômico. 18/02/2016. .	27
Agrotóxicos: veneno na mesa dos cariocas. Raíza Tourinho e Graça Portela Site do MST. 22/2/2016.....	29
Treze Estados brasileiros e o Distrito Federal estão próximos de serem reconhecidos como área livre de peste suína clássica pela OIE. Site da CNA. 22/02/2016.....	36
Resíduos de agrotóxicos em hortifrúti no radar do varejo. Mariana Caetano. Valor Econômico. 23/02/2016.....	37
PAA Sementes: garantia de alimentação e renda para famílias pobres do campo. Site do MDS. 23/02/2016.	38
PAA distribui 61 toneladas de sementes em Goiás. Site do MDS. 24/02/2016.....	39

Mato Grosso do Sul poderá receber certificação de área livre de peste suína. Site da CNA. 25/02/2016.	41
Governo federal debate desafios da segurança alimentar e nutricional. Site do MDS. 26/02/2016.	42
Mapa e CNPq vão financiar pesquisa em agroecologia e produção orgânica. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 26/02/2016.	43
Legislação fortalece consumo de orgânico. Martha Funke. Valor Econômico. 29/02/2016.	44
Campanha nacional de vacinação contra febre aftosa começa este mês. João Carlos Rodrigues. Site do MAPA. 29/02/2016.	46

Produtos vegetais e orgânicos vão ter uma nova ferramenta de fiscalização. Inez De Podestà. Site do MAPA. 02/02/2016.

Plataforma de Gestão Agropecuária servirá para aprimorar o controle

Com a nova versão da Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) vai aperfeiçoar a fiscalização animal e vegetal. Desde de 2013 já existe a dos produtos de origem animal e, até julho deste ano, será implementada a de vegetais e a da produção de orgânicos.

Com a mudança, o PGA passará a ter espaço para a classificação de produtos convencionais (animal e vegetal) e de orgânicos (animal e vegetal). Na base de dados rastreadas por satélite, serão incluídas informações como a gestão de trânsito vegetal, controle de tratamentos fitossanitários e a rastreabilidade vegetal.

“A PGA está em aprimoramento e vai estar preparada até meados do ano para recepcionar as características da produção orgânica para aumentar a capacidade de rastreabilidade desses produtos, que exigem maior controle”, ressalta o secretário de Defesa Agropecuária do Mapa, Luís Rangel.

De acordo com ele, o novo sistema vai permitir que a rastreabilidade seja feita de forma mais eficiente, eletrônica e com maior controle do sistema de certificação. O Ministério da Agricultura, acrescenta Rangel, tem empregado esforços no desenvolvimento da PGA, que melhora o controle do cadastro, a produção, transporte, rastreabilidade e inspeção de produtos de origem agropecuária.

Atualmente, a PGA integra as bases de dados estaduais, com informações de produtos animal, de forma a atender às expectativas da saúde animal, evitando a disseminação de doenças e garantindo a rastreabilidade, uma das exigências do mercado importador.

O cidadão interessado pode consultar e fazer pesquisa nos indicadores existentes na PGA de produtos de origem animal: <http://indicadores.agricultura.gov.br/pga/index.htm> . No site, também encontrará dados como o número de propriedades, de animais destinados ao abate, de Guias de Trânsito Animal (GTA) e de estabelecimentos de produtos de origem animal, como laticínios e frigoríficos, entre outros.

Fiscalização da produção orgânica

O Brasil tem atualmente 12.136 produtores no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Desse total, 8.467 fazem parte do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e estão autorizados a utilizar o selo oficial que identifica os produtos orgânicos. Eles têm 100% de suas unidades de produção inspecionadas, no mínimo uma vez por ano, por um dos 25 organismos certificadores credenciados pelo Mapa.

Além disso, por meio de amostragem que funciona como uma “malha fina”, são escolhidas por critério de representatividade e análise de risco as unidades de produção onde são realizadas as auditorias feitas por fiscais federais agropecuários do ministério.

Os organismos certificadores credenciados são auditados no mínimo uma vez por ano. Nos casos da certificação por auditoria, os organismos também são auditados pelo Inmetro para avaliar o cumprimento de normas internacionais relativas a esse tipo de certificação.

Todos os produtores orgânicos são passíveis de fiscalizações aleatórias definidas por amostragem ou sempre que surgem indícios ou denúncias de possíveis irregularidades. Essa sistemática também se aplica aos 3.669 produtores cadastrados no Mapa como participantes de organizações de controle social, que são dispensados de processo de certificação, pela lei brasileira, por serem agricultores familiares que só comercializam seus produtos orgânicos diretamente aos consumidores.

Para ampliar o controle, o Mapa tem um programa de monitoramento de resíduos de agroquímicos. “Fiscais coletam amostras de produtos orgânicos nos locais de comercialização, como feiras. Essas amostras são levadas para laboratórios credenciados”, diz o coordenador de Agroecologia do Mapa, Rogério Dias. O trabalho começou em novembro do ano passado em Brasília e será estendido até o final do ano para todo o país.

“O sistema de certificação dos orgânicos é inovador e reconhecido como um dos melhores do mundo, “ destaca o secretário do Produtor Rural e Cooperativismo do Mapa, Caio Rocha.

Os responsáveis pela comercialização irregular de produtos orgânicos, dependendo do caso, sofrem punições, que vão desde uma advertência até a apreensão de produtos, cassação de certificado ou multa.

“Todas as denúncias que recebemos têm sido investigadas e tomadas providências de acordo com a legislação. A multa pode ser de até R\$ 1 milhão, dependendo da gravidade”, assinala o secretário.

A média de denúncias é de 160 por ano. “E todas são apuradas pelo Mapa”, observa Caio Rocha.

Nos casos de dúvidas, suspeitas ou denúncias, é importante fazer contato com a Ouvidoria do Mapa, ligando para 0800 704 1995, ou pelos e-mails ouvidoria@agricultura.gov.br esic.mapa@agricultura.gov.br

Produtos vegetais e orgânicos vão ter uma nova ferramenta de fiscalização. Noaldo Santos. Site do MDS. 02/02/2016.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Plataforma de Gestão Agropecuária servirá para aprimorar o controle

Com a nova versão da Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) vai aperfeiçoar a fiscalização animal e vegetal. Desde de 2013 já existe a dos produtos de origem animal e, até julho deste ano, será implementada a de vegetais e a da produção de orgânicos.

Com a mudança, o PGA passará a ter espaço para a classificação de produtos convencionais (animal e vegetal) e de orgânicos (animal e vegetal). Na base de dados rastreadas por satélite, serão incluídas informações como a gestão de trânsito vegetal, controle de tratamentos fitossanitários e a rastreabilidade vegetal.

“A PGA está em aprimoramento e vai estar preparada até meados do ano para receber as características da produção orgânica para aumentar a capacidade de rastreabilidade desses produtos, que exigem maior controle”, ressalta o secretário de Defesa Agropecuária do Mapa, Luís Rangel.

De acordo com ele, o novo sistema vai permitir que a rastreabilidade seja feita de forma mais eficiente, eletrônica e com maior controle do sistema de certificação. O Ministério da Agricultura, acrescenta Rangel, tem empregado esforços no desenvolvimento da PGA, que melhora o controle do cadastro, a produção, transporte, rastreabilidade e inspeção de produtos de origem agropecuária.

Atualmente, a PGA integra as bases de dados estaduais, com informações de produtos animal, de forma a atender às expectativas da saúde animal, evitando a disseminação de doenças e garantindo a rastreabilidade, uma das exigências do mercado importador.

O cidadão interessado pode consultar e fazer pesquisa nos indicadores existentes na PGA de produtos de origem animal. No site, também encontrará dados como o número de propriedades, de animais destinados ao abate, de Guias de Trânsito Animal (GTA) e de estabelecimentos de produtos de origem animal, como laticínios e frigoríficos, entre outros.

Fiscalização da produção orgânica

O Brasil tem atualmente 12.136 produtores no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Desse total, 8.467 fazem parte do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e estão autorizados a utilizar o selo oficial que identifica os produtos orgânicos. Eles têm 100% de suas unidades de produção inspecionadas, no mínimo uma vez por ano, por um dos 25 organismos certificadores credenciados pelo Mapa.

Além disso, por meio de amostragem que funciona como uma “malha fina”, são escolhidas por critério de representatividade e análise de risco as unidades de produção onde são realizadas as auditorias feitas por fiscais federais agropecuários do ministério.

Os organismos certificadores credenciados são auditados no mínimo uma vez por ano. Nos casos da certificação por auditoria, os organismos também são auditados pelo Inmetro para avaliar o cumprimento de normas internacionais relativas a esse tipo de certificação.

Todos os produtores orgânicos são passíveis de fiscalizações aleatórias definidas por amostragem ou sempre que surgem indícios ou denúncias de possíveis irregularidades. Essa sistemática também se aplica aos 3.669 produtores cadastrados no Mapa como participantes de organizações de controle social, que são dispensados de processo de certificação, pela lei brasileira, por serem agricultores familiares que só comercializam seus produtos orgânicos diretamente aos consumidores.

Para ampliar o controle, o Mapa tem um programa de monitoramento de resíduos de agroquímicos. “Fiscais coletam amostras de produtos orgânicos nos locais de comercialização, como feiras. Essas amostras são levadas para laboratórios credenciados”, diz o coordenador de Agroecologia do Mapa, Rogério Dias. O trabalho

começou em novembro do ano passado em Brasília e será estendido até o final do ano para todo o país.

“O sistema de certificação dos orgânicos é inovador e reconhecido como um dos melhores do mundo, “ destaca o secretário do Produtor Rural e Cooperativismo do Mapa, Caio Rocha.

Os responsáveis pela comercialização irregular de produtos orgânicos, dependendo do caso, sofrem punições, que vão desde uma advertência até a apreensão de produtos, cassação de certificado ou multa.

“Todas as denúncias que recebemos têm sido investigadas e tomadas providências de acordo com a legislação. A multa pode ser de até R\$ 1 milhão, dependendo da gravidade”, assinala o secretário.

A média de denúncias é de 160 por ano. “E todas são apuradas pelo Mapa”, observa Caio Rocha.

Campanha Brasil Saudável e Sustentável amplia parcerias no Rio de Janeiro. Site do MDS. 03/02/2016.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Secretarias municipais de Educação, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Saúde da capital fluminense discutiram estratégias de promoção da alimentação saudável

Brasília – Promover a alimentação saudável e combater a obesidade e o sobrepeso é o objetivo central da campanha *Brasil Saudável e Sustentável*, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e executada em parceria com organizações governamentais e não governamentais. Nesta semana, uma série de encontros estabeleceu novas parcerias com a prefeitura do Rio de Janeiro (RJ).

A diretora de Estruturação e Integração dos Sistemas Públicos Agroalimentares do MDS, Patrícia Gentil, da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, afirma que é importante seguir sempre buscando atores estratégicos. “O governo federal quer levar a bandeira da alimentação saudável para os próximos anos. Este é um caminho sem volta e nós vamos trilhá-lo.”

Segundo o secretário municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro e vice-prefeito, Adilson Pires, a prefeitura é parceira na iniciativa. “Queremos aprofundar essa política na prefeitura. É muito importante reforçar ações de educação do consumidor para a alimentação mais saudável. E os governos – federal, estaduais e das capitais – têm um papel fundamental nisto.”

O Programa Saúde na Escola, que está presente em todas as escolas municipais cariocas, foi destacado pela secretária municipal de Educação, Helena Bomeny. “Temos muitas ações convergentes com o tema da alimentação saudável e espaços a serem ocupados pela campanha. Com certeza, nossa parceria será um sucesso.”

A campanha está prevista para estreiar em março, com um calendário de ações que culmina nas Olimpíadas e prossegue até 2017, por meio de convênio com a Prefeitura do Rio. “A campanha teve uma primeira experiência na Copa do Mundo de 2014. Agora estaremos nas Olimpíadas. O objetivo é de que as ações se vinculem ao Pacto Nacional Pela Alimentação Saudável, tornando-se mais permanentes. Queremos que isso se transforme num tema estruturante nos serviços públicos da Educação, Saúde, Assistência Social, além do estímulo à produção de alimentos”, afirma Patrícia Gentil.

A prefeitura também discute a adesão ao Pacto Nacional Pela Alimentação Saudável, anunciado pela presidenta Dilma Rousseff durante a *V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*, em novembro do ano passado. A capital fluminense está entre os dez maiores índices do ranking nacional de excesso de peso, segundo dados do Ministério da Saúde – 54,4% entre adultos. Além disto, apenas 22% das mulheres maiores de 18 anos consomem a quantidade mínima diária de frutas e hortaliças, número que leva o Rio de Janeiro para o 21º lugar entre as demais capitais brasileiras.

De acordo com o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos, “o momento é de unir esforços em torno do objetivo de tirar o Rio de Janeiro das primeiras colocações das capitais com maior percentual de obesidade”. O secretário afirma que a proposta é que as ações ganhem escala e inspirem outras iniciativas pelo país.

Brasil Saudável e Sustentável – Para enfrentar este desafio, a campanha vai se concentrar nos principais vilões do cenário em que o Brasil se encontra: alimentos ultraprocessados, com alto teor de sal, açúcar, sódio e gorduras, como sucos de néctar, biscoitos recheados, produtos instantâneos, feitos com conservantes, corantes etc. As

ações serão voltadas para a promoção da alimentação saudável, dos benefícios dos alimentos produzidos localmente e das vantagens do consumo de produtos orgânicos e agroecológicos, com foco nas redes públicas de Educação, Saúde e Assistência Social.

Além da prefeitura do Rio de Janeiro, a campanha Brasil Saudável e Sustentável tem como parceiros os ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Agrário e do Turismo, o Instituto Nacional do Câncer (Inca), o Sindicato de Bares Hotéis e Restaurantes do Rio de Janeiro (Sindrio), o Instituto Maniva, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a Sociedade Nacional de Agricultura, a Agência de Cooperação Alemã (Giz), o Sesc e o Sesi. E ainda conta com o envolvimento de organizações econômicas da agricultura familiar, responsável pela produção da maior parte dos alimentos frescos consumidos pelos brasileiros diariamente.

PAA: mais 16 municípios vão executar o programa. Site do MDS. 04/02/2016.

AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Agora são 1,7 mil municípios em 24 estados e o Distrito Federal que estão participando da modalidade Compra com Doação Simultânea por Termo de Adesão

Brasília – Mais 16 municípios de sete estados – Maranhão, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia e São Paulo – começam a executar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio da modalidade Compra com Doação Simultânea. Todos firmaram termo de adesão para participação no programa.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) disponibilizou, para esses municípios, R\$ 4,2 milhões para o atendimento a mil agricultores familiares. Eles vão abastecer 268 entidades. Agora, são 1.707 municípios em 24 estados e o Distrito Federal que executam a modalidade.

Na modalidade Compra com Doação Simultânea, os alimentos comprados dos agricultores familiares são distribuídos às entidades da rede socioassistencial e aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos).

Os gestores municipais e estaduais operam o PAA articulando os produtores, recebendo e distribuindo os alimentos e efetuando o lançamento da nota fiscal no sistema

operacional do programa. O pagamento é feito diretamente aos agricultores familiares, por meio de cartão bancário.

Segundo o coordenador geral de Articulação Federativa para o Abastecimento Alimentar do MDS, João Paulo Sotero, foram investidos R\$ 167,7 milhões na compra de alimentos da agricultura familiar, por meio do termo de adesão, em 2015. “Beneficiamos 37.484 agricultores familiares.”

Os termos de adesão permitem que estados e municípios executem as ações de maneira mais simples e ágil. Além disso, o acompanhamento e o monitoramento das ações são realizados por meio de um sistema informatizado, alimentado pelos gestores locais, garantindo a transparência e a segurança na execução.

Vacinação contra aftosa atinge 98,17% do rebanho na 2ª etapa de 2015. João Carlos Rodrigues. Site do MAPA. 05/02/2016.

Número de bovinos e bubalinos imunizados passa de 147 milhões

A vacinação contra a febre aftosa atingiu um índice de cobertura de 98,17% do rebanho bovino e bubalino brasileiro no segundo semestre de 2015, de acordo com dados divulgados nesta sexta-feira (5) pelo Departamento de Saúde Animal (DSA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Na segunda etapa da campanha nacional, o número de animais vacinados foi 147,2 milhões de um total de 150 milhões cabeças que deveriam ser imunizados.

“Tivemos um bom resultado na segunda fase da campanha de combate à aftosa em 2015”, avaliou o diretor do Departamento de Saúde Animal, Guilherme Marques. No segundo semestre de 2014, acrescentou, o índice de cobertura vacinal foi de 97,84%. Na campanha feita no primeiro semestre do ano passado, o percentual de imunização do rebanho de bovinos e bubalinos alcançou 98,04%, “De um modo geral, estamos mantendo um alto nível de vacinação no país.”

Os animais que deveriam ter sido vacinados no período normal do calendário oficial e ficaram fora da campanha precisam ser imunizados antes da próxima etapa. “Os produtores serão procurados e notificados para que vacinem os animais”, disse Marques.

No segundo semestre de 2015, três estados tiveram índice de vacinação abaixo de 90%. No Rio de Janeiro, a cobertura foi de 84,90%, na Paraíba, de 87,51%, e no Amapá, de

87,58%. “Por isso, vamos solicitar a esses estados maior atenção com a fiscalização nas etapas de 2016”, adiantou o diretor do DSA.

O Brasil tem um rebanho de 212 milhões de bovinos e bubalinos. A segunda etapa da campanha de 2015 tinha como meta vacinar 150 milhões de cabeças porque, em alguns estados, deveriam ser imunizados apenas animais até 24 meses de idade.

A segunda etapa da campanha nacional contra a aftosa foi realizada em 26 unidades da Federação. Por ser livre da doença sem vacinação, Santa Catarina não imuniza seu rebanho.

Bloco do MST ocupa as ruas do Prado e denuncia os impactos dos agrotóxicos. Coletivo de comunicação do MST na Bahia. Site do MST. 11/02/2016.

A partir das músicas, cartazes e banners, o bloco procurou dialogar com a sociedade sobre as contradições do modelo do agronegócio.

Nesta terça-feira (9), cerca de mil trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra desfilarampelas ruas do Prado, no extremo sul da Bahia, no Bloco de Carnaval “MST Folia”.

O bloco trouxe o tema “MST pela vida, agrotóxico zero”, e a partir das músicas, cartazes e banners, procurou dialogar com a sociedade sobre as contradições sociais, ambientais e econômicas provocadas pelo modelo do agronegócio, além de trazer a defesa da soberania alimentar e a produção de alimentos sem veneno.

De acordo com Paulo Cesar, mais conhecido como PC, da direção estadual do MST, o bloco “MST Folia” se tornou uma tradição na região e representa uma importante ferramenta que fortalece o diálogo dos trabalhadores do campo com os da cidade.

“O carnaval é um momento de festa, alegria e diversão. Mas também é um espaço propício para denunciar as contradições do capital e dialogar com a sociedade sobre importância da Soberania Alimentar e a Reforma Agrária Popular”, explicou PC.

Agrotóxico mata

Pelo terceiro ano consecutivo, o bloco ocupou as ruas do Prado tendo a terra como simbologia de resistência, identidade e fortalecendo a campanha permanente de luta contra os agrotóxicos na Bahia.

Os Sem Terra utilizaram o espaço para apresentar à população a campanha estadual “MST pela vida, agrotóxico zero”, lançada no início deste ano, durante o 28º Encontro Estadual do MST, em Salvador.

A campanha tem o objetivo de erradicar o uso de agrotóxicos na produção de alimentos e dialogar com a sociedade sobre estas questões.

Banda um de cada canto

A animação do bloco ficou por conta da banda “Um de Cada Canto”, que trouxe um repertório composto por samba, forró, axé, afro reggae e canções com letras que embalam as lutas no estado.

Para Neuza de Jesus, Sem Terra e integrante da banda, a luta pela Reforma Agrária Popular também se faz por meio do resgate das tradições e fortalecimento da cultura.

“Não tocamos as músicas que a grande mídia reproduz. Nossa tarefa é divulgar aquilo que construímos nestes 32 anos de Movimento. São canções que fazem parte do dia a dia das trabalhadoras e dos trabalhadores”, disse Neuza.

O bloco contou com o apoio e a participação de diversas representações públicas da região e do Deputado Federal Valmir Assunção (PT-BA).

MPF/AM quer condenação de empresas que comercializam milho transgênico sem rotulagem. Site do MST. 12/02/2016.

O milho transgênico, vendido em ração para animais, pode ter sido utilizado como sementes para plantio, o que acarretou a contaminação de lavouras.

O Ministério Público no Amazonas (MPF/AM) entrou com uma ação civil pública na Justiça Federal para que as empresas FH de Oliveira Peixoto Ltda., Elzilene da Silva e Ocrim S/A Produtos Alimentícios deixem de comercializar marcas de ração que contém milho transgênico, sem a devida rotulagem indicando que há presença de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) no alimento.

O milho transgênico, vendido em ração para animais, pode ter sido utilizado como sementes para plantio, o que acarretou a contaminação de lavouras. A partir de um relatório de fiscalização da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Amazonas (SFA-AM) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), foi constatada a presença de milho geneticamente modificado no

município de Iranduba (a 27 quilômetros de Manaus). O relatório faz parte do inquérito civil instaurado pelo MPF para apurar a questão.

De acordo com o relatório, os produtores das lavouras onde foi localizado o OGM adquiriram sementes no comércio local, pois não houve distribuição de sementes naquele ano pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (Idam). De acordo com o Mapa, devido à falta de informação, pode ter ocorrido “contaminação involuntária de áreas com milho geneticamente modificado, o que poderá acarretar em prejuízo caso se decida, no futuro, estabelecer nessas áreas plantios orgânicos”, além da perda de controle sobre os campos de sementes, levando à contaminação de campos destinados inicialmente a material convencional.

Análise de transgênicos – A SFA-AM coletou 11 amostras da ração para serem analisadas pelo laboratório do Mapa, sendo que oito delas não apresentavam nenhuma informação quanto a presença de OGM e três amostras com possibilidade de conter modificações genéticas. De acordo com o laudo, 100% das amostras tinham a presença de OGM. Conforme a legislação vigente, é obrigatório o uso do símbolo de transgênico na rotulagem que contenha os elementos modificados.

O órgão de fiscalização ainda constatou que as empresas não faziam nenhum tipo de análise, assim como as notas fiscais das empresas fornecedoras da matéria-prima não traziam nenhuma informação sobre a presença ou não de transgênicos. As empresas foram autuadas. Como a apreensão dos produtos não pôde ser realizada antes da emissão dos laudos que comprovavam o uso de transgênico, todos os lotes foram comercializados e consumidos.

O Mapa considera que o uso de milho em grão – para ração animal – como semente não é recomendado, pois não confere garantias mínimas ao produtor quanto a características agronomicamente desejáveis. O Ministério também alerta para o fato de o milho em grãos e as sementes não informarem em suas embalagens que se tratava de material transgênico, o que viola o Código de Defesa do Consumidor. Neste caso, seria necessária a identificação para que agricultores familiares, de baixo nível de tecnificação, tivessem conhecimento acerca das vantagens e desvantagens do uso de OGM's.

Indenização pelos danos causados – Na ação civil pública, o MPF pede que a Justiça Federal determine que as empresas deixem de comercializar marcas de ração onde já foi identificada a presença de OGM, sob pena de multa diária no valor de R\$ 10 mil, e que

elas sejam condenadas a recuperar as lavouras convencionais contaminadas por variedades geneticamente modificadas. Caso não seja possível a recuperação completa do ambiente degradado, as empresas devem ser condenadas a implementar medidas ambientais compensatórias adequadas e proporcionais aos danos causados à biodiversidade e à fertilidade do solo, a serem indicadas pelo Mapa.

O MPF pede também que as empresas sejam condenadas ao pagamento de indenização, em valor a ser definido pela Justiça, como ressarcimento pelos danos aos consumidores e ao meio ambiente decorrentes da comercialização do milho transgênico, sem autorização dos órgãos competentes e sem rotulagem.

Em resposta a despejo violento, Sem Terra trancam rodovia no RN. Jailma Lopes. Site do MST. 15/02/2016.

Nossa resposta não tem como ser outra, senão, massificar as lutas, seguir organizando o povo e colocando a nossa alternativa para o campo brasileiro

Na manhã desta segunda-feira (15), cerca de 150 famílias Sem Terra trancaram cinco trechos das BR's 304 e 406, no Rio Grande do Norte.

Na BR-406, foram dois os trechos bloqueados: no Km 100, em João Câmara, e no Km 163, na comunidade de Maçaranduba, em Ceará-Mirim, cidade da região Metropolitana da capital potiguar.

Na BR-304, o trecho interditado fica no Km 285, nas proximidades do restaurante Coisas da Roça, em Macaíba, cidade que também faz parte da Grande Natal.

A ação foi um protesto contra a realização violenta de um despejo que aconteceu na manhã desta segunda no Acampamento Dandara, em Caicó, região do Seridó do estado.

O acampamento estava numa área da Empresa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN).

Antes do despejo, o MST realizou um acordo com o governo do estado, que concedeu 120 dias para que as famílias fossem realocadas em uma nova área.

No entanto, segundo a direção estadual do Movimento, a EMBRAPA não cumpriu o acordo e seguiu ameaçando as famílias acampadas, e se utilizando dos meios de comunicação da região para criminalizar a luta dos Sem Terra.

Para Lucenilson Angelo, da direção nacional do Movimento, essa posição da empresa só ratifica o alinhamento político do governo federal com o agronegócio.

“Mais uma vez o governo federal está mostrando que o agronegócio é seu carro chefe. Nossa resposta não tem como ser outra, senão massificar as lutas, seguir organizando o povo e colocando a nossa alternativa para o campo brasileiro”, afirma.

Rosa Maria, da direção nacional do MST, disse que os acampados seguirão construindo as condições para um projeto de vida às famílias Sem Terra, de soberania popular para toda a região, projetando a dinamização da economia regional e avançando na luta por água e direitos sociais para o conjunto da sociedade.

“Nossa tarefa é chegar nas regiões e contribuir para a transformação da sociedade, não só para as famílias camponesas, como para o povo da cidade. Sabemos que essa é uma região muito rica, marcada por muitas desigualdades. Todos os territórios que são alvos do agronegócio são devastadas, se apropriam da nossa pouca água, da terra, de investimentos exorbitantes e deixam a pobreza e doenças”, finalizou.

Produção agroecológica é tema dos encontros intersetoriais no extremo sul da BA. Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST. 16/02/2016.

A produção de alimentos sem veneno e a eliminação do analfabetismo são ações que representam o compromisso dos Sem Terra com a construção de uma sociedade emancipada e soberana.

Cerca de 180 trabalhadoras e trabalhadores Sem Terra da Brigada Joaquim Ribeiro deram início à Jornada de Encontros Intersetoriais no Extremo Sul da Bahia, entre os dias 11 e 12/02.

O encontro foi realizado no Assentamento Rosa do Prado, em Prado, e teve o objetivo de fortalecer a construção da agroecologia como ferramenta primordial na defesa da Soberania Alimentar e de enfrentamento ao modelo de produção do capital.

Evanildo Costa, da direção nacional do MST, refletiu sobre a conjuntura política agrária do país e sobre a importância da produção agroecológica diante das contradições sociais, econômicas e ambientais provocadas pelo modelo do agronegócio.

Já Valquiria de Jesus, da direção estadual, acredita que os encontros intersetoriais possibilitam fortalecer e mobilizar os trabalhadores, assim como, recuperar a mística de luta contra o projeto hegemônico do capital.

“Os encontros são ferramentas que permitem alinhar o debate e o desenvolvimento de ações simultâneas de implementação da agroecologia em todas nossas áreas”, explicou Valquiria.

Agroecologia como modo de vida

Frente a realidade e as contradições vividas pela sociedade, durante o encontro os trabalhadores reafirmaram a importância da realização de ações concretas capazes de fortalecer a luta pela terra e atingir o capital.

Pontuaram ainda, a importância e o fortalecimento da campanha “MST pela vida, agrotóxico zero” e “Analfabetismo Zero” para construção da agroecologia na região.

De acordo Paulo Cesar, da direção estadual, a produção de alimentos sem veneno e a eliminação do analfabetismo nas áreas da Reforma Agrária são ações que representam o compromisso dos Sem Terra com a construção de uma sociedade emancipada e soberana.

Consumo de agrotóxicos no Rio de Janeiro aumenta quase 5.000% em três anos. Raíza Tourinho e Graça Portela. Site do MST. 17/02/2016.

Consumo intensivo de agrotóxicos no Rio de Janeiro revela cenário de intoxicações “invisíveis”.

O agricultor Maicon Miller está isolado, e não só geograficamente. Aos 20 anos, ele cultiva frutas e verduras orgânicas em uma terra emprestada logo abaixo do Parque Estadual dos Três Picos, em Nova Friburgo, a 97 km do município do Rio de Janeiro. “Nessa região têm meu vizinho e eu. 99,8% é (sic) convencional. Meu vizinho é de fora, do Rio. Eu sou o único da região, da terra, que estou (sic) começando com isso”, diz. Além do vizinho, que o ensinou a técnica, e de uma dúzia de outros produtores orgânicos de Nova Friburgo, todos que Maicon conhece torcem o nariz para o cultivo sem agrotóxicos. “Nem falo mais com meus amigos [sobre o assunto], porque eles acham que sou maluco”.

Filho de uma família de agricultores, até mesmo a mãe de Maicon prefere o cultivo tradicional, embora não faltem relatos de vizinhos e familiares que passaram mal com os produtos produzidos com agrotóxicos. “Eu acho que eles têm consciência [do perigo dos agrotóxicos] mas só vê (sic) o lado deles, que é mais fácil”, explica Maicon, contando que tem um primo que diz até gostar do cultivo orgânico, mas que prefere usar herbicida para deixar “o mato limpinho”.

A exceção fica por conta da avó, Eleonor Correia, que vê como “normal” a opção de Maicon. Embora ela tenha sempre utilizado agrotóxicos “porque diziam que era melhor”, viu no cultivo do neto um retorno aos métodos utilizados pelos antepassados. “No tempo do meu pai, do meu avô, era tudo assim, não tinha veneno, não tinha nada. A gente plantava, não botava adubo, esterco, nada. E colhia. Depois começaram a dizer que se botasse veneno dava melhor, né?!”

O agricultor Maicon, rodeado pelos agrotóxicos

Embora trate naturalmente os agrotóxicos como “veneno”, Leonor não consegue bem associar os possíveis danos à saúde com o uso destas substâncias. Ela acredita que não tem problema utilizar insumos químicos na plantação “para vender” – mas para comer é melhor mesmo as hortaliças sem veneno. Quando questionada sobre se conhece algum problema causado por agrotóxicos, ela nega. Mas, aos poucos, vai lembrando: do caso da sobrinha que teve que abortar um feto malformado após comer um tomate recém-pulverizado, uma outra que foi internada duas vezes “só pelo cheiro dos agrotóxicos”, dos vizinhos que tentaram se matar utilizando a substância [a associação entre agrotóxicos e depressão é seriamente sugerida por diversos estudos] e até mesmo dos casos, cada vez mais recorrentes, de recém-nascidos com má-formação e pessoas com câncer na região. “Na época dos meus pais não tinha isso. Eles morriam assim...que nem passarinho”, diz. Abaixo, confira o depoimento de Eleonor.

A pesquisadora do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, Raquel Rigotto explica que o conhecimento sobre os malefícios em relação aos agrotóxicos ainda não está consolidado entre as populações que o utilizam, dificultando a percepção donexo causal entre o uso das substâncias e os agravos a ela associados. “É importante a gente considerar a priori que a baixa escolaridade [do trabalhador rural] não significa pouco conhecimento. Essas pessoas têm um extenso e profundo saber popular e tradicional, mas este saber não incorpora o tema dos agrotóxicos”, diz.

Caso Rio

Embora o isolamento que Maicon descreve não o diga, o município onde ele produz foi pioneiro na agricultura orgânica no País, uma década antes do nascimento do jovem. Mas, desde então, houve uma desvalorização da produção agrícola no estado. Atualmente, o Rio de Janeiro é considerado o estado mais urbano do Brasil, com quase 97% da população vivendo em áreas urbanizadas, segundo o último censo do IBGE (2010). Contudo, esse número desconsidera a agricultura urbana e áreas rurais, como demonstra as 526 mil pessoas que vivem no campo. “Há a ideia de que a agricultura não é muito forte no Estado. Na verdade, existe uma importância grande em termos de produção de alimentos e da ainda presente monocultura de cana-de-açúcar no Norte [fluminense], que é também consumidora intensa de agrotóxicos”, explica o pesquisador do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da (Cesteh/Ensp/Fiocruz), Marcelo Firpo.

Nova Friburgo tem forte tradição rural, sendo considerado como um dos maiores produtores de hortaliças, o maior de couve-flor e o segundo maior de flor de corte do País. Com uma população de 182 mil pessoas, segundo dados do Censo 2010, um terço dos trabalhadores friburguense (60 mil) está no Campo (20 mil), de acordo com a Cooperativa de Trabalho, Consultoria, Projetos e Serviços em Sustentabilidade – Cedro. O município foi pioneiro na produção orgânica do Rio de Janeiro nos anos 1980, quando produtores e técnicos se organizaram para produzir alimentos agroecológicos, sem impactos ambientais, criando a primeira feira orgânica do Brasil e a Abio (Associação dos Agricultores Biológicos-RJ), associação de agricultores orgânicos até então também inédita no País. Atualmente, a Abio conta com mais de 200 associados e possui onze núcleos no Estado. Embora crescente, a produção livre de agrotóxicos permanece sendo minoritária em território fluminense.

De acordo com o “Panorama da Contaminação Ambiental por Agrotóxicos e Nitrato de origem Agrícola no Brasil”, publicado em 2014 pela Embrapa, há na região serrana do Rio de Janeiro “a presença constante de situações de risco de contaminação ambiental por agrotóxicos”. O documento destaca a contaminação da água por estas substâncias, especialmente em áreas com cultivo de tomates (uma pesquisa realizada em Paty do Alferes encontrou contaminação em 70% dos pontos hídricos pesquisados). A publicação destaca ainda dois estudos realizados em Nova Friburgo: um detectou que a presença de

agrotóxicos no ambiente, em especial nos rios, impacta na fauna local; enquanto outro encontrou concentrações de agrotóxicos em valores até oito vezes acima do limite permitido pela legislação brasileira, em áreas onde a atividade agrícola era mais intensiva – com as lavouras chegando até às margens do rio.

De acordo com Firpo, o consumo intensivo de agrotóxicos está concentrado nas monoculturas de cana-de-açúcar no norte do estado e na oleicultura [tomate, pimentão e tubérculos diversos] da região serrana, alimentos que são escoados para a Ceasa e abastecem a região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Em um levantamento ainda não publicado feito pela Fiocruz, a pedido do Fórum Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos no Estado do Rio de Janeiro (Fecia-RJ), foram encontrados resíduos de agrotóxicos em quantidades elevadas em amostras de pepino, goiaba, pimentão, abobrinha e tomate, segundo Firpo. “O morango também, mas este provém de outros estados. Esses dados batem com os números, muito subnotificados, do sistema de notificação de intoxicação”, diz.

Em 2011, o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos (PARA) da Anvisa, indicou como insatisfatória quatro das cinco amostras de alface; quatro das seis de cenoura; seis das nove de pepino e sete das nove amostras de pimentão. Em compensação, nenhuma das seis amostras de tomate analisadas tiveram resquícios de agrotóxicos acima do permitido ou com o uso não liberado. Já em 2012, o percentual de amostras de alimentos insatisfatórias para consumo no Rio de Janeiro foi de 37,5%.

Municípios fluminenses com mais de 10 notificações registradas no Sinan entre 2009 e 2012/Fonte: MS

Dados indisponíveis

O relatório “Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Estado do Rio de Janeiro”, divulgado em 2015 pelo Ministério da Saúde, aponta que o RJ ocupa o décimo lugar no ranking de estados que mais consomem agrotóxicos no país. Segundo a publicação, entre 2009 e 2010, o consumo estadual disparou, passando de 3,40 kg/ha para 125,08 kg/ha, enquanto a área plantada se manteve na ordem de 200 mil hectares. “Esse valor é bastante alto, sobretudo se comparado às médias regional e nacional de, respectivamente, 33,43 kg/ha e 15,84 kg/ha. Assim, o perfil de consumo de agrotóxicos no estado não se justifica, mesmo levando em consideração o aumento da produtividade

agrícola, alcançado graças à introdução de novas tecnologias e ao melhor aproveitamento de insumos”, diz o documento. Já em 2012, esse número chegou a 151,01 kg/ha.

O pesquisador Marcelo Firpo diz que o consumo quilo por hectare eleva o Rio de Janeiro a um dos três principais estados brasileiros na utilização dos agrotóxicos. Ele diz que ainda que este consumo intensivo tem relação direta com os casos de intoxicações. O município de Sumidouro, a 30 quilômetros de Nova Friburgo, registrou 120 casos de intoxicação por agrotóxico entre 2009 e 2013 – sendo que a estimativa de subnotificação é de que para cada caso existam 50 outros semelhantes não notificados, segundo explica Firpo.

Contudo, os casos de intoxicação em território fluminense não são fáceis de dimensionar. Isso porque há uma subnotificação explícita no estado. Segundo o relatório do Ministério da Saúde, dos 92 municípios fluminenses, somente 16 registraram mais de 10 notificações no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) entre 2007 e 2012 (veja a figura abaixo). Enquanto 15 municípios, alguns da região serrana, simplesmente não notificaram. São eles: Cachoeiras de Macacu, Cambuci, Duas Barras, Itaocara, Paty do Alferes, Rio Bonito, São João da Barra, São José do Ubá, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Seropédica, Tanguá, Trajano de Moraes, Varre-Sai e Vassouras.

O documento ressalta que “o número de notificações provavelmente está aquém da realidade”, considerando que “a incidência de intoxicações não acompanhou o aumento explosivo do consumo de agrotóxicos em 2010, e é a mais baixa da região sudeste”.

Os números do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox) e do próprio Sinan corroboram com as conclusões do documento. Segundo dados do Sinitox, em 2012, somente 11 casos de intoxicação por agrotóxicos de uso agrícola foram registrados no Centro de Assistência Toxicológica de Niterói, único do Rio de Janeiro. No mesmo ano, Vitória (ES) registrou 857 e Belo Horizonte (MG) 817 intoxicações. Em 2012, em todo o país, foram 4.656 casos de intoxicação por esta categoria de substância. Já o Sinan registrou, em 2012, 70 casos de intoxicação por agrotóxicos de uso agrícola, enquanto o ES notificou 530 e Minas Gerais 1.161. No total, foram notificados 10.755 no sistema.

A coordenadora do Sinitox, Rosany Bochner afirma que a subnotificação de intoxicações – e não somente de agrotóxicos – é “histórica” no Estado. “Há uma tradição de notificar pouco”. Para ela, o problema se agravou após o fechamento do centro que funcionava na

cidade do Rio de Janeiro, em 2008. “Não chega no Sinitox, mas deveria chegar no Sinan, pois a notificação é compulsória no serviço de saúde”, diz. O Sinitox trabalha com os dados fornecidos pelos Centros de Informação e Assistência Toxicológica, que, por sua vez, nem sempre são acionados em caso de intoxicação.

Bochner declara que está em curso um “desmonte” no sistema de informação. Para tanto, ela cita que o Sinan ficou quase quatro meses indisponível para os usuários externos, entre novembro de 2015 e fevereiro de 2016 - somente nesta segunda (15) a pesquisadora fora informada da volta do sistema, em novo endereço. Rosany Bochner explica que os outros sistemas que notificam as intoxicações por agrotóxicos, o Sistema de Informação de Mortalidade – SIM e o Sistema de Informações Hospitalares – SIH, trabalham com códigos, o que dificulta o acesso da população em geral. “O leigo não consegue extrair os dados desses dois sistemas. Quem incomoda são o Sinan e o Sinitox que mostram os dados ‘na cara’. Daí como você prova que é um problema? Não tem dado. Não tem óbito, não tem intoxicação, não tem nada. A quem interessa isso estar do jeito que está?”, questiona.

O produtor serrano

Na outra ponta do sistema, está a realidade do agricultor, que muitas vezes se vê preso a uma lógica que exige que a utilização massiva de agrotóxicos. Um molho de couve, por exemplo, sai da roça de um produtor rural da região serrana por R\$ 0,15. Quando o mercado está bom, ele consegue R\$ 0,20, explica o agricultor Victor Rolomcherault. “Não é o produtor que dá o preço. É o atravessador e uma lógica de mercado que não agrega ao produtor. Esta mesma couve que sai daqui a este preço chega ao mercado por 70, 80 centavos e às grandes redes de supermercado por R\$ 1,50”, diz.

Victor cultiva alimentos agroecológicos em Sapucaia (RJ), mas compreende o processo que leva o agricultor a consumir intensivamente agrotóxicos na região. Segundo ele, o valor tão baixo dos produtos exige que uma produção em grande escala para que o agricultor possa sobreviver, sendo inviável o cultivo sem o auxílio dos produtos químicos. “Ninguém aguenta capinar aquela roça daquele tamanho, sendo tão mal pago”.

“A realidade do produtor orgânico é que ele mesmo faz a comercialização do seu produto. Ou então se junta a um grupo de pessoas que comercializam. Não tem o intermediário. Mesmo quando ele passa para outra pessoa [a couve], passa a R\$ 1,00 - R\$ 1,20 e chega

ao consumidor a um R\$ 1,50, que é o preço em média que alcança uma verdura convencional a um mercado grande. Na feira, conseguimos ter um preço similar a um convencional, só que não oscila como o outro”, compara Victor, assegurando que, por isso mesmo, consumidores de todas as classes sociais adquirem o produto na feira de Teresópolis – e não apenas aqueles com maior poder aquisitivo, como são geralmente os consumidores de orgânicos em grandes metrópoles.

Luciane Barbé, doutora em produção vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), explica que, na realidade, o problema não está no intermediário, pois muitas vezes o agricultor “não tem como atuar nas duas pontas” [produção e distribuição]. “A gente não pode ver o atravessador como bicho-papão, porque ele compra. O agricultor é vítima deste processo. O problema está na relação estabelecida entre eles”.

Barbé trabalha na assistência técnica rural da Cedro na região serrana e afirma que a utilização massiva de agrotóxicos é uma realidade difícil de mudar na área. Os donos de lojas de insumos químicos fazem dia de campo para manter a clientela fiel aos pacotes tecnológicos fornecidos pelas multinacionais. “O que dá mais lucro aqui é a semente [que só se desenvolve se for produzida com agrotóxicos]”, diz. A Cedro atende a 900 famílias na região e os ajuda a desenvolver um manejo agrícola mais sustentável, com redução dos agrotóxicos. Esse trabalho, contudo, não é nada simples. “As pessoas fogem quando ouvem a palavra ‘sustentável’. É muita sensibilização”, desabafa.

Oficina discute perspectivas para modalidade PAA Leite. Site do MDS. 17/02/2016.

AGRICULTURA FAMILIAR

Evento em Belo Horizonte que começa nesta quarta (17) reúne coordenadores, gestores e técnicos estaduais dos estados do Semiárido

Brasília, 17 - O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realiza, a partir desta quarta-feira (17), a *I Oficina do PAA Leite*. O evento, realizado em Belo Horizonte, segue até sexta-feira (19), com a participação de coordenadores, gestores e técnicos estaduais de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e do Rio Grande do Norte.

Durante o encontro, os representantes do MDS e dos estados do Semiárido discutem as perspectivas da modalidade Leite do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para 2016 e questões relacionadas à implementação do Sistema de Informações da execução e prestação de contas dos convênios. A oficina ainda aborda o balanço da execução de 2015, o Acordo de Cooperação Técnica da modalidade Compra Institucional e a execução dos convênios em 2016.

A equipe do programa realiza anualmente uma média de quatro oficinas, em diferentes estados parceiros. Nos encontros também são divulgados os balanços da execução. Desde setembro de 2015, também são tratados temas de gestão ligados ao SisPAA Leite - Sistema de Informações do Programa de Aquisição de Alimentos - Modalidade Leite, criado em 2015, que faz a gestão do programa por meio da inserção de dados sobre os produtores, quem adquire e para onde está sendo doado o leite.

Mostra abre inscrição para experiências de Bancos de Alimentos. Site do MDS. 17/02/2016.

SEGURANÇA ALIMENTAR

Trabalhadores, gestores, docentes e estudantes de todas as regiões têm até 29 de março para apresentar iniciativas de promoção da alimentação saudável e de gestão, monitoramento e interface do equipamento de segurança alimentar com outras políticas públicas

Brasília – Até 29 de março, pessoas ligadas a instituições e sociedade civil que desenvolvam trabalhos em Bancos de Alimentos podem inscrever seus relatos para participar da *I Mostra de Experiências da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos*. O evento está marcado para os dias 5 e 6 de maio, em Brasília.

As experiências selecionadas incluem a promoção de práticas alimentares saudáveis pelos Bancos de Alimentos, o planejamento, gestão e monitoramento dos equipamentos de segurança alimentar e nutricional e as interfaces desses com outras políticas públicas. Podem participar trabalhadores, gestores, docentes e estudantes de todas as regiões. Serão selecionadas 10 experiências a serem apresentadas em formato oral, além da demonstração em pôsteres de outros 100 trabalhos.

A mostra foi criada para promover o compartilhamento de experiências e vivências do trabalho nos Bancos de Alimentos, provocando reflexões sobre o tema e dando visibilidade às atividades nos territórios. Na programação do evento, estão mesas-redondas, minicursos, mostra permanente, espaços para apresentação, discussão de experiências e atividades culturais.

“A Rede Brasileira de Bancos de Alimentos agrega 220 equipamentos que buscam reduzir o desperdício de alimentos e que, cotidianamente, enfrentam obstáculos similares com soluções diversas. A mostra permite não somente o intercâmbio dessas soluções, como também a aproximação das pessoas e suas instituições buscando mecanismos de cooperação que possibilitem dar maior eficiência e eficácia a esta política pública”, afirma a coordenadora-geral de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Kathleen Machado.

O evento é realizado pelo MDS, em parceria com Sesc/Mesa Brasil, ONG Banco de Alimentos, a Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul, Associação Prato Cheio e Embrapa. Informações sobre as inscrições podem ser obtidas pelo endereço eletrônico cgep@mds.gov.br.

Feira esclarece consumidor sobre como identificar produtos orgânicos. Site do MAPA. 17/02/2016.

Na Esplanada dos Ministérios, organizadores orientaram as pessoas para não serem enganadas

Esclarecer o consumidor sobre o que são, de fato, produtos orgânicos. Com esse objetivo, o Sindicato dos Produtores Orgânicos do Distrito Federal (Sindiorgânicos) e o Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (Anfa Sindical) promoveram, nesta quarta-feira (17), uma feira no gramado central da Esplanada dos Ministérios, em frente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

De acordo com o coordenador de Agroecologia do Mapa, Rogério Dias, o consumidor tem duas formas de verificar a autenticidade dos orgânicos. Uma é observar se a embalagem tem no rótulo o selo Produto Orgânico Brasil. No caso da compra direta de agricultores familiares que vendem sem certificação, o consumidor deve sempre pedir o documento que comprove o cadastramento do produtor como orgânico.

A principal característica da produção orgânica é o não uso agrotóxicos, adubos químicos ou substâncias sintéticas que prejudiquem o meio ambiente, conforme material informativo distribuído pelo Sindiorgânicos e Anffa Sindical durante a feira. Para ser considerado orgânico, o processo produtivo contempla o uso responsável do solo, da água e dos outros recursos naturais, respeitando as relações sociais e culturais.

“Essa ação visa a mostrar às pessoas como elas podem reconhecer um verdadeiro produto orgânico”, reforçou Dias. Segundo ele, a produção orgânica no Brasil começou há mais de 30 anos e envolve agricultores, fiscalização agropecuária, assistência técnica e pesquisa. “Por isso, é importante garantir a qualidade da produção orgânica.”

O Mapa, acrescentou o coordenador de Agroecologia, tem uma fiscalização atuante em todo o país, que busca assegurar a qualidade do produto e, ao mesmo tempo, tirar do mercado aqueles que tentam fraudar o mercado de orgânicos. Para o presidente da Anffa Sindical, Maurício Porto, a feira é muito importante para orientar os consumidores a identificar a autenticidade dos orgânicos.

Atualmente, o Brasil tem 13,5 mil unidades de produção orgânica e cerca de 11,5 mil produtores cadastrados no Mapa. Segundo os produtores do DF, esse é um mercado em crescimento. “No segundo semestre de 2015, nossas vendas aumentaram em torno de 25%”, diz Luiz Paulo Rodrigues, da Cooperativa dos Produtores Orgânicos do DF. A entidade tem 44 associados e um faturamento mensal de R\$ 120 mil.

Na Bahia, Sem Terra discutem educação no campo e agroecologia. Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST. 18/02/2016.

Um dos pontos de destaque nas discussões foi o fortalecimento da campanha permanente “MST pela vida. Agrotóxico zero”.

Com objetivo de fortalecer a educação do campo como ferramenta para construção da agroecologia na brigada Aloísio Alexandre, foi realizado entre os dias 13 e 14 de fevereiro mais um encontro intersetorial na região do Extremo Sul baiano.

Desta vez, o encontro aconteceu no Assentamento Paulo Freire, em Mucuri, e contou com a participação de 80 trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra, assentados e acampados.

Um dos pontos de destaque nas discussões foi o fortalecimento da campanha permanente “MST pela vida. Agrotóxico zero”, que está mobilizando trabalhadores em todo estado em defesa da produção agroecológica e alimentação saudável.

Além disso, os Sem Terra estudaram o atual cenário político e os setores regionais do Movimento apresentaram o planejamento para o ano.

De acordo a Mariza da Silva, da direção estadual do MST, a brigada Aloísio Alexandre se caracteriza historicamente pela luta dos direitos educacionais e a construção de uma educação do campo que valorize a identidade da classe trabalhadora.

“Entendemos a agroecologia como matriz produtiva e filosofia de vida que se contrapõe ao modelo de produção do capital. A educação do campo é uma das importantes dimensões dessa construção”, explicou Silva.

Fruto das lutas em defesa da educação na brigada, foi a construção de uma escola estadual de tempo integral, que está em pleno funcionamento.

Pensando nisto, Paulo Cesar, também da direção estadual, diz que o desenvolvimento de uma educação que respeite e potencialize a identidade dos povos oprimidos é a chave fundamental na construção de uma sociedade justa e igualitária.

“Temos alguns desafios nesse campo, em especial o combate ao analfabetismo. Por isso, compreendemos que a campanha ‘Analfabetismo Zero’ e o método cubano ‘Sim, eu Posso’ são ações transcendentais nessa construção”, afirmou Cesar.

Escola Popular

Uma outra conquista pontuada durante o encontro, foi a construção da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Bruneto, localizada no Assentamento Jaci Rocha, no município do Prado.

Para Elielson Loures, da direção regional do MST, a escola popular é uma ferramenta que fortalece a unidade dos trabalhadores do campo por formar e capacitar nas linhas e princípios da agroecologia. Desde a dimensão teórica e prática.

Lavouras mais sensíveis se ressentem. Janice Kiss. Valor Econômico. 18/02/2016.

Um futuro incerto ronda as lavouras de soja, milho, arroz e feijão do país. Nada há de errado com esses plantios. Eles só tendem a sofrer mais que outras plantações por conta do aquecimento do clima, quando as altas temperaturas podem não poupar as fases de floração e enchimento dos grãos, primordiais para uma colheita abundante.

A avaliação dos reveses do clima no campo faz parte do documento "Brasil 2040 - Alternativas de Adaptação às Mudanças Climáticas" feito em parceria por diversos grupos de pesquisa e encomendado pela Secretaria de Estudos Estratégicos da Presidência da República (SAE). A meta do trabalho é entender como o clima pode afetar o Brasil no futuro e servir como ferramenta para embasar políticas públicas de adaptação nas áreas da saúde, recursos hídricos, energia, agricultura e infraestrutura.

Publicado no final de 2015, o estudo revela que esses importantes cultivos - enquanto commodities (soja e milho) e alimentação do brasileiro (arroz e feijão) - podem ter suas áreas reduzidas: a primeira dupla, com 39% e 28%, e a segunda com 26% e 24%. "Os impactos recairão sobre produtores e consumidores", comenta Eduardo Assad, pesquisador da Embrapa e um dos principais especialistas em mudanças climáticas do Brasil.

Mas não é apenas isso. As terras no Mapitoba (confluência de áreas entre Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia) correm o risco de desvalorização em decorrência das mudanças na produção. Outros cultivos vão migrar, como a cana-de-açúcar, que se dá bem em temperaturas altas, mas pode se estabelecer em regiões que hoje são mais frias.

A conta da andança das lavouras e das perdas na produção atual de grãos alimentícios foram calculadas em US\$ 4 bilhões. O setor de soja arcará com cerca de 50% delas. O Mato Grosso, principal produtor do grão, perdeu 1 milhão de toneladas na safra 2015/16 por conta da estiagem.

Eduardo Assad está envolvido em estudos desse porte desde 2008, quando a Embrapa publicou o primeiro relatório sobre os efeitos do clima na agricultura. Mas ele não se aflige em demasia. "O levantamento se baseia no cenário atual e se nada for feito para detê-lo", diz.

O pesquisador é entusiasta do Programa ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), lançado pelo governo federal há seis anos e que dá acesso ao financiamento de tecnologias agrícolas que interferem de forma benéfica no clima, como a recuperação de pastagens degradadas, integração lavoura-pecuária-floresta, tratamento de dejetos

animais etc. Mesmo com percalços, como os juros mais altos e as dificuldades na extensão rural, o programa atingiu R\$ 3,65 bilhões (8 mil contratos) no ciclo 2014/15; 35,67% maior em relação à safra 2013/14.

Carlos Rittl, secretário- executivo do Observatório do Clima, acrescenta que além dessas tecnologias, o uso correto do território implica a restauração de florestas, especialmente em áreas de mananciais, para manter a água para a agricultura. "É um cuidado particular com os pequenos produtores, que possuem pouca margem de manobra", analisa.

O clima extremo é uma ameaça crescente para a segurança alimentar, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). "Não há erradicação da fome sem um acordo climático global", afirmou Ertharin Cousin, diretora do Programa Mundial de Alimentos, à época da convenção do clima, CoP-21, em Paris, ano passado. Segundo a agência, hoje cerca de 1 bilhão de pessoas estão desnutridas entre Ásia e África Subsaariana.

Mesmo que um alimento continue a ser cultivado não significa facilidade de acesso sobre ele. Conforme o Programa de Pesquisas em Mudanças Climáticas, Agricultura e Segurança Alimentar do CGIAR (parceira mundial para pesquisa em agricultura), o trigo, a soja, o milho e o arroz, que atualmente respondem por 75% das calorias consumidas pela humanidade, estão na mira do clima. Nas atuais condições climáticas, cerca de 4% das regiões produtoras do mundo enfrentam secas todos os anos. Até o fim do século acredita-se que essa parcela chegará a 18%.

Segundo a entidade, nos últimos 50 anos o mundo assistiu a uma padronização das dietas. Além da criação de sementes resistentes à seca e ao calor (Embrapa e Unicamp trabalham nessa linha de pesquisa) a CGIAR endossa o argumento de muitos profissionais da área da alimentação: diversificar a dieta para ter uma variedade mais rica de nutrientes e não depender de um sistema vulnerável.

Agrotóxicos: veneno na mesa dos cariocas. Raíza Tourinho e Graça Portela Site do MST. 22/2/2016.

Consumo intensivo de agrotóxicos no Rio de Janeiro revela cenário de intoxicações "invisíveis".

O agricultor Maicon Miller está isolado, e não só geograficamente. Aos 20 anos, ele cultiva frutas e verduras orgânicas em uma terra emprestada logo abaixo do Parque Estadual dos Três Picos, em Nova Friburgo, a 97 km do município do Rio de

Janeiro. “Nessa região têm meu vizinho e eu. 99,8% é (sic) convencional. Meu vizinho é de fora, do Rio.

Eu sou o único da região, da terra, que estou (sic) começando com isso”, diz. Além do vizinho, que o ensinou a técnica, e de uma dúzia de outros produtores orgânicos de Nova Friburgo, todos que Maicon conhecem torcem o nariz para o cultivo sem agrotóxicos. “Nem falo mais com meus amigos [sobre o assunto], porque eles acham que sou maluco”.

Filho de uma família de agricultores, até mesmo a mãe de Maicon prefere o cultivo tradicional, embora não faltem relatos de vizinhos e familiares que passaram mal com os produtos produzidos com agrotóxicos. “Eu acho que eles têm consciência [do perigo dos agrotóxicos] mas só vê (sic) o lado deles, que é mais fácil”, explica Maicon, contando que tem um primo que diz até gostar do cultivo orgânico, mas que prefere usar herbicida para deixar “o mato limpinho”.

A exceção fica por conta da avó, Eleonor Correia, que vê como “normal” a opção de Maicon. Embora ela tenha sempre utilizado agrotóxicos “porque diziam que era melhor”, viu no cultivo do neto um retorno aos métodos utilizados pelos antepassados. “No tempo do meu pai, do meu avô, era tudo assim, não tinha veneno, não tinha nada. A gente plantava, não botava adubo, esterco, nada. E colhia. Depois começaram a dizer que se botasse veneno dava melhor, né?!”

Embora trate naturalmente os agrotóxicos como “veneno”, Leonor não consegue bem associar os possíveis danos à saúde com o uso destas substâncias. Ela acredita que não tem problema utilizar insumos químicos na plantação “para vender” – mas para comer é melhor mesmo as hortaliças sem veneno. Quando questionada sobre se conhece algum problema causado por agrotóxicos, ela nega.

Mas, aos poucos, vai lembrando: do caso da sobrinha que teve que abortar um feto malformado após comer um tomate recém-pulverizado, uma outra que foi internada duas vezes “só pelo cheiro dos agrotóxicos”, dos vizinhos que tentaram se matar utilizando a substância [a associação entre agrotóxicos e depressão é seriamente sugerida por diversos estudos] e até mesmo dos casos, cada vez mais recorrentes, de recém-nascidos com má-formação e pessoas com câncer na região. “Na época dos meus pais não tinha isso. Eles morriam assim...que nem passarinho”, diz.

Abaixo, confira o depoimento de Eleonor.

A pesquisadora do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, Raquel Rigotto explica que o conhecimento sobre os malefícios em relação aos agrotóxicos ainda não está consolidado entre as populações que o utilizam, dificultando a percepção donexo causal entre o uso das substâncias e os agravos a ela associados.

“É importante a gente considerar a priori que a baixa escolaridade [do trabalhador rural] não significa pouco conhecimento. Essas pessoas têm um extenso e profundo saber popular e tradicional, mas este saber não incorpora o tema dos agrotóxicos”, diz.

Embora o isolamento que Maicon descreve não o diga, o município onde ele produz foi pioneiro na agricultura orgânica no País, uma década antes do nascimento do jovem. Mas, desde então, houve uma desvalorização da produção agrícola no estado.

Atualmente, o Rio de Janeiro é considerado o estado mais urbano do Brasil, com quase 97% da população vivendo em áreas urbanizadas, segundo o último censo do IBGE (2010). Contudo, esse número desconsidera a agricultura urbana e áreas rurais, como demonstra as 526 mil pessoas que vivem no campo. “Há a ideia de que a agricultura não é muito forte no Estado.

Na verdade, existe uma importância grande em termos de produção de alimentos e da ainda presente monocultura de cana-de-açúcar no Norte [fluminense], que é também consumidora intensa de agrotóxicos”, explica o pesquisador do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da (Cesteh/Ensp/Fiocruz), Marcelo Firpo.

Nova Friburgo tem forte tradição rural, sendo considerado como um dos maiores produtores de hortaliças, o maior de couve-flor e o segundo maior de flor de corte do País. Com uma população de 182 mil pessoas, segundo dados do Censo 2010, um terço dos trabalhadores friburguense (60 mil) está no Campo (20 mil), de acordo com a Cooperativa de Trabalho, Consultoria, Projetos e Serviços em Sustentabilidade – Cedro.

O município foi pioneiro na produção orgânica do Rio de Janeiro nos anos 1980, quando produtores e técnicos se organizaram para produzir alimentos agroecológicos, sem impactos ambientais, criando a primeira feira orgânica do Brasil e a Abio (Associação dos Agricultores Biológicos-RJ), associação de agricultores orgânicos até então também inédita no País.

Atualmente, a Abio conta com mais de 200 associados e possui onze núcleos no Estado. Embora crescente, a produção livre de agrotóxicos permanece sendo minoritária em território fluminense.

De acordo com o “Panorama da Contaminação Ambiental por Agrotóxicos e Nitrato de origem Agrícola no Brasil”, publicado em 2014 pela Embrapa, há na região serrana do Rio de Janeiro “a presença constante de situações de risco de contaminação ambiental por agrotóxicos”.

O documento destaca a contaminação da água por estas substâncias, especialmente em áreas com cultivo de tomates (uma pesquisa realizada em Paty do Alferes encontrou contaminação em 70% dos pontos hídricos pesquisados).

A publicação destaca ainda dois estudos realizados em Nova Friburgo: um detectou que a presença de agrotóxicos no ambiente, em especial nos rios, impacta na fauna local; enquanto outro encontrou concentrações de agrotóxicos em valores até oito vezes acima do limite permitido pela legislação brasileira, em áreas onde a atividade agrícola era mais intensiva – com as lavouras chegando até às margens do rio.

De acordo com Firpo, o consumo intensivo de agrotóxicos está concentrado nas monoculturas de cana-de-açúcar no norte do estado e na oleicultura [tomate, pimentão e tubérculos diversos] da região serrana, alimentos que são escoados para a Ceasa e abastecem a região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro.

Em um levantamento ainda não publicado feito pela Fiocruz, a pedido do Fórum Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos no Estado do Rio de Janeiro (Fecia-RJ), foram encontrados resíduos de agrotóxicos em quantidades elevadas em amostras de pepino, goiaba, pimentão, abobrinha e tomate, segundo Firpo. “O morango também, mas este provém de outros estados. Esses dados batem com os números, muito subnotificados, do sistema de notificação de intoxicação”, diz.

Em 2011, o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos (PARA) da Anvisa, indicou como insatisfatória quatro das cinco amostras de alface; quatro das seis de cenoura; seis das nove de pepino e sete das nove amostras de pimentão. Em compensação, nenhuma das seis amostras de tomate analisadas tiveram resquícios de agrotóxicos acima do permitido ou com o uso não liberado. Já em 2012, o percentual de amostras de alimentos insatisfatórias para consumo no Rio de Janeiro foi de 37,5%.

Dados indisponíveis

O relatório “Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Estado do Rio de Janeiro”, divulgado em 2015 pelo Ministério da Saúde, aponta que o RJ ocupa o décimo lugar no ranking de estados que mais consomem agrotóxicos no país.

Segundo a publicação, entre 2009 e 2010, o consumo estadual disparou, passando de 3,40 kg/ha para 125,08 kg/ha, enquanto a área plantada se manteve na ordem de 200 mil hectares.

“Esse valor é bastante alto, sobretudo se comparado às médias regional e nacional de, respectivamente, 33,43 kg/ha e 15,84 kg/ha. Assim, o perfil de consumo de agrotóxicos no estado não se justifica, mesmo levando em consideração o aumento da produtividade agrícola, alcançado graças à introdução de novas tecnologias e ao melhor aproveitamento de insumos”, diz o documento. Já em 2012, esse número chegou a 151,01 kg/ha.

O pesquisador Marcelo Firpo diz que o consumo quilo por hectare eleva o Rio de Janeiro a um dos três principais estados brasileiros na utilização dos agrotóxicos. Ele diz que ainda que este consumo intensivo tem relação direta com os casos de intoxicações.

O município de Sumidouro, a 30 quilômetros de Nova Friburgo, registrou 120 casos de intoxicação por agrotóxico entre 2009 e 2013 – sendo que a estimativa de subnotificação é de que para cada caso existam 50 outros semelhantes não notificados, segundo explica Firpo.

Contudo, os casos de intoxicação em território fluminense não são fáceis de dimensionar. Isso porque há uma subnotificação explícita no estado. Segundo o relatório do Ministério da Saúde, dos 92 municípios fluminenses, somente 16 registraram mais de 10 notificações no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) entre 2007 e 2012 (veja a figura abaixo).

Enquanto 15 municípios, alguns da região serrana, simplesmente não notificaram. São eles: Cachoeiras de Macacu, Cambuci, Duas Barras, Itaocara, Paty do Alferes, Rio Bonito, São João da Barra, São José do Ubá, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Seropédica, Tanguá, Trajano de Moraes, Varre-Sai e Vassouras.

O documento ressalta que “o número de notificações provavelmente está aquém da realidade”, considerando que “a incidência de intoxicações não acompanhou o aumento explosivo do consumo de agrotóxicos em 2010, e é a mais baixa da região sudeste”.

Os números do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox) e do próprio Sinan corroboram com as conclusões do documento. Segundo dados do Sinitox, em 2012, somente 11 casos de intoxicação por agrotóxicos de uso agrícola foram registrados no Centro de Assistência Toxicológica de Niterói, único do Rio de Janeiro.

No mesmo ano, Vitória (ES) registrou 857 e Belo Horizonte (MG) 817 intoxicações. Em 2012, em todo o país, foram 4.656 casos de intoxicação por esta categoria de substância. Já o Sinan registrou, em 2012, 70 casos de intoxicação por agrotóxicos de uso agrícola, enquanto o ES notificou 530 e Minas Gerais 1.161. No total, foram notificados 10.755 no sistema.

A coordenadora do Sinitox, Rosany Bochner afirma que a subnotificação de intoxicações – e não somente de agrotóxicos – é “histórica” no Estado.

“Há uma tradição de notificar pouco”. Para ela, o problema se agravou após o fechamento do centro que funcionava na cidade do Rio de Janeiro, em 2008. “Não chega no Sinitox, mas deveria chegar no Sinan, pois a notificação é compulsória no serviço de saúde”, diz. O Sinitox trabalha com os dados fornecidos pelos Centros de Informação e Assistência Toxicológica, que, por sua vez, nem sempre são acionados em caso de intoxicação.

Bochner declara que está em curso um “desmonte” no sistema de informação. Para tanto, ela cita que o Sinan ficou quase quatro meses indisponível para os usuários externos, entre novembro de 2015 e fevereiro de 2016 - somente nesta segunda (15) a pesquisadora fora informada da volta do sistema, em novo endereço. Rosany Bochner explica que os outros sistemas que notificam as intoxicações por agrotóxicos, o Sistema de Informação de Mortalidade – SIM e o Sistema de Informações Hospitalares – SIH, trabalham com códigos, o que dificulta o acesso da população em geral.

“O leigo não consegue extrair os dados desses dois sistemas. Quem incomoda são o Sinan e o Sinitox que mostram os dados ‘na cara’. Daí como você prova que é um problema? Não tem dado. Não tem óbito, não tem intoxicação, não tem nada. A quem interessa isso estar do jeito que está?”, questiona.

O produtor serrano

Na outra ponta do sistema, está a realidade do agricultor, que muitas vezes se vê preso a uma lógica que exige que a utilização massiva de agrotóxicos. Um molho de couve, por exemplo, sai da roça de um produtor rural da região serrana por R\$ 0,15.

Quando o mercado está bom, ele consegue R\$ 0,20, explica o agricultor Victor Rolomcherault. “Não é o produtor que dá o preço. É o atravessador e uma lógica de mercado que não agrega ao produtor. Esta mesma couve que sai daqui a este preço chega ao mercado por 70, 80 centavos e às grandes redes de supermercado por R\$ 1,50”, diz.

Victor cultiva alimentos agroecológicos em Sapucaia (RJ), mas compreende o processo que leva o agricultor a consumir intensivamente agrotóxicos na região. Segundo ele, o valor tão baixo dos produtos exige que uma produção em grande escala para que o agricultor possa sobreviver, sendo inviável o cultivo sem o auxílio dos produtos químicos. “Ninguém aguenta capinar aquela roça daquele tamanho, sendo tão mal pago”.

“A realidade do produtor orgânico é que ele mesmo faz a comercialização do seu produto. Ou então se junta a um grupo de pessoas que comercializam. Não tem o intermediário. Mesmo quando ele passa para outra pessoa [a couve], passa a R\$ 1,00 - R\$ 1,20 e chega ao consumidor a um R\$ 1,50, que é o preço em média que alcança uma verdura convencional a um mercado grande.

Na feira, conseguimos ter um preço similar a um convencional, só que não oscila como o outro”, compara Victor, assegurando que, por isso mesmo, consumidores de todas as classes sociais adquirem o produto na feira de Teresópolis – e não apenas aqueles com maior poder aquisitivo, como são geralmente os consumidores de orgânicos em grandes metrópoles.

Luciane Barbé, doutora em produção vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), explica que, na realidade, o problema não está no intermediário, pois muitas vezes o agricultor “não tem como atuar nas duas pontas” [produção e distribuição]. “A gente não pode ver o atravessador como bicho-papão, porque ele compra. O agricultor é vítima deste processo. O problema está na relação estabelecida entre eles”.

Barbé trabalha na assistência técnica rural da Cedro na região serrana e afirma que a utilização massiva de agrotóxicos é uma realidade difícil de mudar na área.

Os donos de lojas de insumos químicos fazem dia de campo para manter a clientela fiel aos pacotes tecnológicos fornecidos pelas multinacionais. “O que dá mais lucro aqui é a semente [que só se desenvolve se for produzida com agrotóxicos]”, diz.

A Cedro atende a 900 famílias na região e os ajuda a desenvolver um manejo agrícola mais sustentável, com redução dos agrotóxicos. Esse trabalho, contudo, não é nada

simples. “As pessoas fogem quando ouvem a palavra ‘sustentável’. É muita sensibilização”, desabafa.

Treze Estados brasileiros e o Distrito Federal estão próximos de serem reconhecidos como área livre de peste suína clássica pela OIE. Site da CNA. 22/02/2016.

Mais 13 estados e o Distrito Federal poderão obter em maio deste ano, durante a assembleia da Organização Internacional de Saúde Animal (OIE), a certificação de área livre de peste suína clássica (PSC). A Comissão Científica da Organização Internacional de Saúde Animal (OIE) aprovou, na quinta-feira (18/02), o pleito brasileiro que solicita o reconhecimento da área, que engloba os estados do Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo, Sergipe e Tocantins. Além dos municípios de Guajará, Boca do Acre, sul do município de Canutama e sudoeste do município de Lábrea, todos eles no Amazonas.

Em maio do ano passado, os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina também receberam a certificação internacional desse referendo. Em breve, o Brasil possuirá 16 estados com reconhecimento internacional como livres da doença.

Para o assessor técnico da Comissão Nacional de Aves e Suínos da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Victor Ayres, o Brasil está na vanguarda dos países que se submeteram ao reconhecimento internacional, o que lhe garante uma imagem de agilidade e seriedade do serviço veterinário oficial (SVO). A CNA e as federações de agricultura e pecuária, em parceria com o Estado brasileiro e a iniciativa privada, trabalharam em conjunto para cumprir as exigências sanitárias necessárias para que este reconhecimento pela comissão científica da OIE fosse possível. “A Confederação participou ativamente, atuando no grupo de trabalho capitaneado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a fim de garantir celeridade ao processo de certificação”, observou o técnico.

OIE - Desde 2015, a peste suína clássica (PSC) passou a fazer parte da lista de doenças de reconhecimento oficial da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), juntamente com febre aftosa, peste bovina, pleuropneumonia contagiosa dos bovinos, encefalopatia espongiiforme bovina (doença da vaca louca), peste dos pequenos ruminantes e peste equina. A partir de então, o reconhecimento de país ou área livre da doença é obtido através de certificação da agência internacional.

Com a nova regra, a peste suína clássica deixou de ser uma doença de auto declaração para ser de reconhecimento oficial. Na situação anterior, cada país membro poderia declarar seu território ou parte dele como livre da doença. Com a nova regra, os países membros solicitam a certificação internacional à Organização Mundial de Saúde Animal.

Certificação - O reconhecimento internacional é composto por várias etapas. Inicialmente, cada estado deve cumprir as exigências descritas na Instrução Normativa (IN) nº 5/2009 e passar por auditoria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para, caso aprovado, ser indicado ao órgão internacional. Depois, o pleito é avaliado pelo Grupo ad hoc, pelo Comitê Científico e, finalmente, pela Assembleia Geral da OIE. No Brasil, apenas os estados do Rio Grande Sul e Santa Catarina possuíam a certificação, conquistada em maio de 2015.

Entre as exigências do código sanitário de animais terrestres da OIE para que se consiga a certificação estão às notificações de suspeita de doença hemorrágica ou aumento de mortalidade, melhorar barreiras sanitárias fixas, estabelecer corredores sanitários e barreiras volantes como alguns dos requisitos.

Peste Suína Clássica - A doença, causada por um vírus, é altamente contagiosa e tem notificação compulsória para a OIE. Provoca febre alta, manchas avermelhadas pelo corpo, paralisia nas patas traseiras, dificuldades respiratórias e pode levar à morte do animal.

Resíduos de agrotóxicos em hortifrúti no radar do varejo. Mariana Caetano. Valor Econômico. 23/02/2016.

No radar das redes varejistas pelo uso incorreto ou excessivo de agrotóxicos, o segmento de frutas, legumes e verduras (conhecido como "FLV") está avançando no atendimento às normas que tratam desses resíduos nos alimentos. Análise conduzida pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras) revelou que 71% dos produtos estavam em conformidade com a legislação no ano passado, à frente dos 64% de 2014.

Os números foram levantados pelo Programa de Rastreabilidade e Monitoramento de Alimentos (Rama), lançado pela Abras em 2011. "O objetivo é ir além do código de defesa do consumidor, promovendo boas práticas que garantam a segurança dos alimentos", afirmou ontem Márcio Milan, vice-presidente da Abras e responsável pelo Rama, na apresentação do primeiro balanço do programa.

Historicamente, o varejo é um grande motor de mudanças na cadeia do agronegócio, a exemplo do pacto com frigoríficos em 2009 para barrar fornecedores de carne bovina que atuam em áreas de desmatamento na Amazônia. No setor de FLV, já havia influência na padronização dos produtos. "Mas é preciso ver também o que não está na descrição da embalagem", disse Sussumu Honda, presidente do conselho consultivo da Abras.

A adesão ao Rama é voluntária e atualmente participam 34 varejistas (como Carrefour e Makro), que respondem por 20,1% do faturamento do setor, ou R\$ 66,85 bilhões. A estimativa é que um milhão de toneladas de produtos, de 290 tipos, já tenham sido rastreados. Desse total, 81 estão em processos de amostragem - como pimentão, morango e alface, que estão entre os mais problemáticos, seja pelo uso de defensivos não autorizados nessas culturas ou presença acima do limite de resíduos.

Entre 2012 e 2015, o programa realizou 1.457 análises. A proporção de conformidade, porém, já foi maior que os atuais 71% - em 2012, por exemplo, eram 73%. "Na medida em que o volume de amostras cresce, começam a aparecer mais problemas. Mas nossa meta é voltar a esse patamar [de 2012] este ano, e caminhar para 2020 mais perto dos 90%", disse Giampaolo Buso, diretor comercial da empresa PariPassu, coordenadora técnica do programa.

O Rama assemelha-se ao Para, programa da Anvisa que analisa resíduos de agrotóxicos em alimentos, mas tem o diferencial de rastrear o produto e chegar ao campo. Assim, o Rama promove encontros com agricultores - devem ser 70 este ano - e fomenta a assistência técnica para a melhor utilização de agroquímicos, em parceria com instituições locais, como a Epagri em Santa Catarina, e o Ministério da Agricultura.

Para 2016, a Abras espera fazer 600 visitas a produtores e ampliar a adesão de grandes redes - grupos como Pão de Açúcar e Walmart ainda não fazem parte da iniciativa.

PAA Sementes: garantia de alimentação e renda para famílias pobres do campo. Site do MDS. 23/02/2016.

AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, governo federal compra 61 toneladas de sementes e distribui a agricultores familiares de Goiás

Brasília – Mais de 61 toneladas de sementes crioulas de milho, feijão e de arroz estão sendo adquiridas pelo governo federal por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). São grãos que saíram das propriedades de agricultores familiares em Goiás e que irão beneficiar outras famílias de 60 municípios do estado que vivem no campo e fazem parte do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal. Foram investidos R\$ 500 mil na aquisição das sementes.

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Tereza Campello, participa de ato público de entrega de sementes crioulas em Vianópolis (GO), nesta terça-feira (23). Durante o evento, haverá ainda a assinatura de ordem bancária de projetos contemplados em edital Conab/BNDES, de projetos da modalidade Compra com Doação Simultânea do PAA e entrega da reforma de 36 casas do Programa Nacional de Habitação Rural.

De acordo com o diretor de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar do MDS, André Grossi Machado, a iniciativa tem o objetivo de garantir segurança alimentar e nutricional para as famílias e possibilitar a geração de renda. “O evento apresentará uma série de anúncios de políticas de fortalecimento da agricultura familiar, incluindo o PAA.”

A Aquisição de Sementes é uma modalidade recente do programa, na qual a compra e a distribuição de sementes passam a ter regras e limites de acesso por unidade familiar que não interferem nas demais modalidades do programa. Isto possibilita que o agricultor familiar fornecedor participe da venda de alimentos e também da venda de sementes.

“A assinatura do contrato com a associação fornecedora de sementes de milho, feijão e arroz simboliza um dos melhores anos de execução desta modalidade. Em 2015, foram executados mais de R\$ 14 milhões para operações de aquisição e distribuição de sementes em todo país, contribuindo para a segurança alimentar e para a produção de alimentos mais saudáveis e sustentáveis”, afirma o diretor.

Depois de utilizadas as sementes no plantio, os produtos poderão ser revendidos ao governo federal por meio da modalidade Compra com Doação Simultânea do PAA, que beneficia creches, escolas e entidades públicas e privadas da rede de assistência social.

PAA distribui 61 toneladas de sementes em Goiás. Site do MDS. 24/02/2016.

AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Incentivo do governo federal valoriza quem produz os grãos crioulos e garante maior produtividade à agricultura familiar

Vianópolis (GO) – A melhoria da qualidade da alimentação da população brasileira passa pelo incentivo à agricultura familiar. É uma das principais iniciativas para isso é garantir que essas famílias tenham acesso a sementes de qualidade, sem modificação genética e adaptadas às regiões, o que garante maior produtividade.

“Esta semente é a semente da liberdade, porque o agricultor produz não apenas para seu alimento, mas também para prover seu próprio salário. É a semente que liberta o agricultor familiar e resgata a cultura dos ancestrais e da região”, afirmou na terça-feira (23) a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ela participou de evento na zona rural de Vianópolis (GO) para distribuir 61 toneladas de sementes de milho, feijão e de arroz.

As sementes crioulas vão beneficiar agricultores familiares em mais de 60 municípios goianos. O valor investido pelo governo federal é de R\$ 500 mil, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Sementes. A modalidade foi lançada em junho de 2015 e já investiu mais de R\$ 14 milhões.

“Antes, nós comprávamos sementes por ser mais fácil na hora de plantar, mas estávamos perdendo os valores de ter sementes crioulas”, explicou a agricultora Rosângela Lopes Machado, 40 anos. Ela e o marido vivem em uma fazenda, cercados por imensas áreas de plantio de soja, e vendem sua produção ao PAA desde 2012. “O programa tem nos ajudado a melhorar a renda, resgatar os valores da família por termos que trabalhar juntos. Além disso, deixamos de comprar muita coisa no mercado e estamos produzindo nosso próprio alimento.”

Com o dinheiro recebido, eles investiram em cercas para a propriedade, na criação de animais, no reflorestamento de uma nascente e até trocaram de carro. A filha mais velha já se formou no curso técnico em agropecuária e deseja dar continuidade ao trabalho dos pais. “Ela quer ficar no campo e nos ajudar na criação dos animais e na produção de sementes crioulas. Na roça, temos muitas oportunidades.”

Acesso – Euci dos Santos, 73, é um dos agricultores familiares que receberam as sementes crioulas adquiridas pelo PAA Sementes. “Uma saca de sementes pode chegar a custar R\$ 400. Receber as sementes nos ajuda a continuar plantando”, contou. “É uma semente mais

pura e é um alimento mais sadio para comer. Depois que começamos a produzir com as sementes crioulas, passamos a comprar menos alimentos no mercado.”

Além da entrega das sementes crioulas no município goiano, a ministra Tereza Campello acompanhou a construção de moradias do Programa Nacional de Habitação Rural. Ela ressaltou que o evento mostra que o país não está parado. “O nosso país está andando. O Brasil quer continuar crescendo”, afirmou. “Isto mostra um Brasil novo, com habitação digna, com Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), com acesso a crédito, a tecnologias e a sementes.”

Mato Grosso do Sul poderá receber certificação de área livre de peste suína. Site da CNA. 25/02/2016.

Mato Grosso do Sul está na lista dos Estados Brasileiros que podem receber, ainda este ano, a certificação de área livre de peste suína concedida pela OIE - Organização Internacional de Saúde Animal. O anúncio feito na semana passada pela Comissão Científica da Organização trouxe otimismo à suinocultura estadual e nacional.

A doença, causada por um vírus, é altamente contagiosa e tem notificação compulsória para a OIE. Provoca febre alta, manchas avermelhadas pelo corpo, paralisia nas patas traseiras, dificuldades respiratórias e pode levar à morte do animal.

Para a gestora do Departamento de Economia do Sistema FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, Adriana Mascarenhas, apesar de 90% da produção de carne suína de Mato Grosso do Sul ser direcionada ao mercado interno, a notícia pode resultar em valorização para o setor. "Além de melhorar ainda mais a imagem da qualidade da nossa carne suína, a certificação ampliará a vendas de outros Estados que exportam este produto. Com isso a oferta no mercado interno ficará mais restrita, abrindo espaço para a nossa produção".

Já para o consultor técnico do Sistema FAMASUL, Rodney Guadagnin, o efeito da decisão da OIE repercutirá também no segmento agrícola e representa o resultado da ação de sanidade animal desenvolvida pelo produtor rural sul-mato-grossense.

"Este reconhecimento será muito importante para o Mato Grosso do Sul no desenvolvimento e fortalecimento da suinocultura, pois, sem isso perderíamos a oportunidade de expansão da nossa produção. Acreditamos que irá atrair mais indústrias

para o estado visto que, sem o Certificado da OIE, não teríamos como exportar e alcançar mercados que garantam maior lucratividade para todo setor”.

Na concepção de Guadagnim é o caminho certo para um bom desempenho do setor em curto prazo. "De olho no futuro, o produtor sul-mato-grossense segue trabalhando e atendendo as normas de vigilância sanitária visando um horizonte mais amplo em breve".

O especialista ainda destaca a atuação do produtor rural diante desse status. "O reconhecimento é oriundo de um grande esforço dos produtores e integradoras para adoção de uma série de procedimentos que tem nos garantido a sanidade dos nossos rebanhos e a produtividade necessária para adquirirmos agora está certificação da OIE que nos mantém a possibilidade comercialização com outros países".

Saiba mais - Desde 2015, a peste suína clássica compõe a lista de doenças de reconhecimento oficial da OIE. A partir de então, a doença deixou de ser autodeclaratória para ser de reconhecimento oficial. Entre as exigências do código sanitário de animais terrestres da OIE para que se consiga a certificação estão as notificações de suspeita de doença hemorrágica ou aumento de mortalidade, melhorar barreiras sanitárias fixas, estabelecer corredores sanitários e barreiras volantes como alguns dos requisitos.

A informação é de que mais 13 estados e o Distrito Federal poderão obter essa certificação em maio deste ano, durante a assembleia da OIE. A instituição aprovou, na última quinta-feira (18), o pleito brasileiro que solicita o reconhecimento da área, que engloba os estados do Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo, Sergipe e Tocantins. Além dos municípios de Guajará, Boca do Acre, sul do município de Canutama e sudoeste do município de Lábrea, todos eles no Amazonas. Em maio do ano passado, os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina também receberam a certificação internacional desse referendo.

Governo federal debate desafios da segurança alimentar e nutricional. Site do MDS. 26/02/2016.

SEGURANÇA ALIMENTAR

Plano Nacional para a área, com vigência até 2019, foi tema de reunião da Caisan, em Brasília

Brasília – Representantes de diferentes órgãos do governo federal se reuniram nesta sexta-feira (26) para discutir desafios e estratégias para garantir uma alimentação adequada para a população brasileira até 2019. Na primeira reunião da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) deste ano, a discussão foi sobre a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PlanSAN), que será lançado ainda no primeiro semestre e terá vigência até 2019.

Segundo o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnoldo de Campos, a elaboração deste Plano encontra o país em outra realidade em comparação à primeira edição, de 2012. “Tivemos um êxito muito grande na área segurança alimentar. Saímos do Mapa da Fome das Nações Unidas, reduzimos a desnutrição, a mortalidade infantil, o déficit de estatura.”

Durante a reunião, foram apresentados desafios baseados nas demandas da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e no Plano Plurianual 2016-2019. Entre as prioridades, está o combate à insegurança alimentar e nutricional em grupos populacionais específicos, a ampliação da produção, o abastecimento e o consumo de alimentos mais saudáveis e a consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

Para o secretário, o PlanSAN deve ser resultado de um esforço conjunto dos órgãos de governo para atingir êxito semelhante ao anterior. “Precisamos do engajamento de cada um dos ministérios nesta discussão. Todos nós ganhamos ao fortalecer esta agenda.”

Além do MDS, estiveram presente na reunião os ministérios da Agricultura, da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Desenvolvimento Agrário, da Educação, da Fazenda, da Integração Nacional, do Meio Ambiente, do Planejamento, Orçamento e Gestão, das Relações Exteriores e da Saúde. Também participaram representantes da Casa Civil, da Secretaria Geral da Presidência da República, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Mapa e CNPq vão financiar pesquisa em agroecologia e produção orgânica. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 26/02/2016.

Estudantes, agricultores, produtores, professores e agentes de ATER podem se inscrever O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) abriram chamada pública para conceder apoio financeiro a atividades de extensão, pesquisa e educação relacionadas à agroecologia e a sistemas orgânicos de produção. Os interessados devem enviar suas propostas até 12 de maio deste ano. Clique [aqui](#) para acessar o site do CNPq.

A chamada pública tem como público alvo estudantes do ensino básico, técnico e tecnológico; agricultores familiares; produtores em transição agroecológica ou envolvidos com a produção orgânica ou de base agroecológica; professores de instituições de ensino da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Os projetos inscritos devem integrar atividades de extensão tecnológica, pesquisa científica e educação profissional para construção e socialização de conhecimentos e técnicas relacionados à agroecologia e aos sistemas orgânicos de produção. O edital prevê também a implantação ou manutenção de núcleos de estudo em agroecologia e produção orgânica.

As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global de R\$ 4,07 milhões, sendo R\$ 2,6 milhões destinados ao pagamento de bolsas e R\$ 1,4 milhão ao custeio das pesquisas. Cada projeto terá valor máximo de financiamento de R\$ 100 mil.

O resultado da seleção deverá ser divulgado a partir de 12 de julho, no Diário Oficial da União e na página do CNPq na internet.

A última chamada pública do Mapa e do CNPq ocorreu em 2014, voltada para pesquisa em sementes, adubos verdes e boas práticas de extrativismo. Com investimento de R\$ 6,8 milhões, o edital selecionou 23 projetos, que resultaram no apoio a 119 núcleos.

O Mapa estima que, até o momento, os estudos beneficiaram mais de 125 mil pessoas (técnicos, agricultores e estudantes) e viabilizaram mais de 1.700 produções acadêmicas.

Legislação fortalece consumo de orgânico. Martha Funke. Valor Econômico. 29/02/2016.

Prevista para março, a regulamentação de lei aprovada no ano passado e que define a adoção de alimentos orgânicos pela Prefeitura de São Paulo deve estimular fortemente a

produção do segmento. A legislação municipal acompanha tendência estabelecida pela lei federal 11.947, de 2009, que determina que no mínimo 30% do valor repassado a Estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devem ser empregados na compra de gêneros alimentícios provenientes diretamente da agricultura familiar, com prioridade para assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais e produtos orgânicos e agroecológicos.

Em 2015, o PNAE atendeu 42,6 milhões de estudantes, com orçamento de R\$ 3,8 bilhões, dos quais R\$ 1,14 bilhão direcionado à compra direta de produtos da agricultura familiar.

São Paulo iniciou os primeiros ensaios para se adequar à lei em 2012. O porte da cidade, com uma rede de quase 3 mil unidades educacionais e 1 milhão de alunos, rende desafios como a necessidade de organizar os produtores, estabelecer sua confiança no comprador e resolver a questão logística. Em 2013, a cidade alcançou 7% da meta estabelecida pela lei federal. No ano seguinte chegou a 17% e, no ano passado, 27% dos alimentos servidos nas merendas vieram da agricultura familiar.

Os produtos orgânicos foram sendo introduzidos no mesmo passo. Um dos primeiros itens foi o arroz, com 930 toneladas em 2013. No ano passado, 80% do arroz oferecido na rede direta e mista foi de origem orgânica, 1,5 mil toneladas. "A maior parte das cooperativas organizadas se concentram no Sul do país, por isso começamos com o arroz", justifica Erika Fisher, diretora do departamento de alimentação escolar da Secretaria de Educação da cidade.

Hoje são 26 grupos representando agricultores familiares do Estado de São Paulo, capazes de enfrentar detalhes como laudos que atestem características dos produtos de acordo com a chamada, horários de entrega, embalagens e logística complexa.

Os orgânicos sofrem dificuldades extras, como a carência de laboratórios para emissão de laudos e de informações sobre a produção que ajudem a embasar o estabelecimento da lista de compras. "Nossos volumes são muito grandes", observa Erika. No ano passado, o arroz orgânico consumiu 5% dos R\$ 100 milhões repassados pelo governo federal. Para 2016 a meta é chegar a R\$ 8 milhões para os orgânicos.

Os estudos para a nova legislação envolveram a sociedade civil organizada, poder legislativo e secretarias como Saúde, Verde e Trabalho. A ideia é que, além da aquisição de orgânicos, sejam estabelecidos mecanismos para treinamento e capacitação de

agricultores na cidade - cerca de 500 em Parelheiros, na zona sul, e outro tanto em São Mateus, na zona leste.

Segundo Marcio Stanziano, secretário executivo da Associação da Agricultura Orgânica (AAO), a lei de São Paulo inverte a lei federal ao definir que a alimentação escolar na rede pública municipal paulistana será orgânica, com prioridade para a agricultura familiar, garantindo pagamento de até 30% a mais pelos produtos - a margem é definida pela lei federal, mas aplicada a critério dos municípios e externa aos repasses. "As leis são indutoras, criam a demanda para estimular a produção", diz Stanziano.

Um dos primeiros municípios do país a aprovar lei municipal para inclusão dos orgânicos na merenda escolar de 20 mil alunos de 32 escolas, foi Pouso Alegre (MG), em 2014. Mas a regulamentação ainda não saiu, embora produtos como verduras, legumes, frutas, hortaliças e leite sejam adquiridos da agricultura familiar. "É um incentivo para produtores familiares. Eles têm garantia de venda da sua colheita", diz a secretária municipal de educação, Cleidis Modesto.

Já Vitória, no Espírito Santo, mesmo antes da legislação federal, passou a beneficiar-se de política implementada desde 2007 para fortalecimento de agricultura familiar e espaços de comercialização solidária executada pelo Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) que, este ano, recebeu certificação da Fundação Banco do Brasil de tecnologia social. Hoje a cidade compra algo entre 32% e 35% da agricultura familiar, que fica com perto de R\$ 1,8 milhão do repasse de R\$ 5,3 milhões.

Os orgânicos, porém, ficaram com algo entre 8% e 12% do repasse nos últimos três anos. "São poucos os fornecedores que investem em orgânicos", diz Márcia Cristina Moreira Pinto, coordenadora de alimentação e nutrição da Secretaria Municipal de Educação. Este ano, serão adquiridos banana prata e nanica e alface orgânicos.

Campanha nacional de vacinação contra febre aftosa começa este mês. João Carlos Rodrigues. Site do MAPA. 29/02/2016.

Apenas Amazonas e Pará devem imunizar rebanhos bovino e bubalino contra a doença, a partir do próximo dia 15.

Começa este mês a campanha nacional de vacinação contra a febre aftosa de 2016. Em março, apenas o Amazonas e o Pará vacinam os rebanhos de bovinos e bubalinos. Juntos, os dois estados têm 22,17 milhões de cabeças (1,28 milhão o Amazonas e 20,88 o Pará), o que representa pouco mais de 10% do rebanho brasileiro, de 212,12 milhões de animais, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

A vacinação nos dois estados se inicia no dia 15 deste mês. No Amazonas, devem ser imunizados os bovinos e bubalinos de 41 municípios que compõem as margens do Rio Amazonas. No Pará, apenas os rebanhos dos municípios de Faro e Terra Santa e parte de Juruti devem ser vacinados.

De acordo com a coordenadora-geral de Programas Sanitários do Departamento de Saúde Animal do Mapa, Denise Euclides Mariano da Costa, os produtores são os responsáveis pela vacinação dos rebanhos. Depois de vaciná-los, acrescentou, eles devem fazer uma declaração, contendo informações sobre a faixa etária dos animais imunizados, e entregá-las nas unidades locais de atenção veterinária de cada um dos dois estados.

A maioria das unidades da Federação participa da campanha no mês de maio, conforme o calendário nacional de vacinação de bovinos e bubalinos contra a febre aftosa.

Na segunda etapa da campanha de 2015, a vacinação contra a aftosa atingiu um índice de cobertura de 98,17% do rebanho bovino e bubalino.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto

Secretária

Diva de Faria

**op
pa** Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa